

INTERNACIONALIZAÇÃO, DESAFIOS, DELIMITAÇÕES E EFEITOS PERVERSOS

José Manuel Paquete de Oliveira*

Resumo

A condição de cidadãos do espaço ibero-americano deve servir de suficiente motivação para nos valermos perante o mundo. Pleno de contradições, negações, é certo, mas no quadro de permanentes reivindicações de especificidade cultural e linguística. Tal desafio passará naturalmente pelo cumprimento da internacionalização de instituições, saberes, de investigadores, enfim, de uma cultura. Parto por isso convencido de que a internacionalização não pode resultar do tradicional axioma de que a ciência não tem pátria. A abertura à cultura exterior resultará, portanto, do intercâmbio de estudantes e docentes, da disponibilização de bases de dados e fomento de publicações e ainda da integração de equipas de investigadores na contínua resposta a desafios comunicativos e sociais numa escala local e regional.

Para cumprir este importante desafio, será de reforçar o estágio de maturidade que corresponde à afirmação do trabalho feito pelos nossos centros de investigação, pelas nossas universidades, associações e unidades de pesquisa, que são permanentemente «atacados» pelas lógicas economicistas, da escassez de fontes de financiamento para a investigação, eixos determinantes para ao desenvolvimento deste contexto que reúne cerca de 329 milhões de língua espanhola, a segunda falada no mundo, e de 250 milhões de língua portuguesa.

Palavras-chave: internacionalização; delimitações; efeitos perversos; lusofonia; investigação; ensino

* Professor Emérito do ISCTE/IUL, doutorou-se em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Cultura e da Comunicação, no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em 1989. Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), entre 2001 e 2005, foi também Presidente da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), de 2002 a 2006. No quadro da investigação que desenvolveu, estudou, entre outros assuntos, as representações que os média fazem do crime e da justiça, e também as problemáticas associadas à regulação dos órgãos de comunicação social. Faleceu em 2016, quando exercia as funções de Provedor do Leitor do jornal *Público* e de Presidente do Conselho Geral da Universidade da Beira Interior.

Os desafios da internacionalização do conhecimento são a principal razão de ser da Confederação Ibero-americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom). De minha lavra, e para esta primeira reflexão, juntei uma outra configuração: “Desafios, Delimitações e Efeitos Perversos”.

Primeira condição para nos internacionalizarmos: afirmar, procurar e aceitar a alteridade. Não nos procurarmos a nós próprios, mas aos outros. Os outros de cada país, de cada região, de cada cultura, de cada património diferenciado.

Segunda condição, termos a consciência e a convicção de quem somos e do que somos. Não são só os outros que nem sempre reconhecem ou consagram a qualidade, a força daquilo que somos. Somos nós próprios – os ibero-americanos – que nos consciencializamos e atuamos, na sequência efetiva da potencial força que podemos fazer valer no mundo – mundo esse a viver num emaranhado de contradições, de negações, de bússolas perdidas para enfrentar um futuro diferente.

Quem somos e o que somos?

Geograficamente, se juntarmos os 19 países que se espalham pelo Norte, Centro e Sul, da América Latina, mais os dois países que constituem a Península Ibérica, Espanha e Portugal, formamos um superfície territorial de cerca de 12 milhões de km quadrados, e ainda com esse enorme Brasil, de quase 8 milhões e 500 mil km quadrados, o que perfaz uma superfície de cerca de 20 milhões (km quadrados), o que representa face aos 148,9 milhões de quilómetros quadrados da superfície terrestre do nosso planeta, uma quota de 13,43%. Desfrutamos da mais díspar e original orografia, da mais rica flora, da mais esfusante diferenciação climática, e isto sem redimensionarmos a quase infinita extensão oceânica em que os nossos países estão mergulhados. Se somarmos a população habitante dos nossos países, formamos uma população superior a 600 milhões de habitantes.

No plano linguístico, fator determinante para o nosso entendimento, se juntarmos a língua espanhola e a língua portuguesa, somamos uma comunidade de cerca de 570 milhões de falantes, o que significa que com os 329 milhões de falantes de língua espanhola, a segunda língua mais falada no mundo, e os cerca de 250 milhões de falantes de língua portuguesa, ocupamos, de longe, o 2.º lugar, à frente da língua inglesa, embora esta, por razões que conhecemos, mas a que vamos esmiuçar adiante, tenha ganho o estatuto da língua mais universal (cf. Barómetro Calvet, 2011, citado em Reto, 2012).

Aliás, como diz Manuel Chaparro Escudero (2002, p. 130),

o predomínio do inglês, como língua, cultura e ativo comercial e tecnológico nos fluxos internacionais informativos, evidencia um peso cultural que não corresponde à diversidade que mostram os nossos mapas etnográficos, linguísticos, sócio – demográficos e até políticos. Mas é o desequilíbrio financeiro e tecnológico – militar que, na realidade, marca as regras do jogo.

Conforme salienta o estudo coordenado por Luís Reto, e já aqui citado, assim como outros estudos, designadamente aqueles que foram levados a cabo pela *European Federation of National Institutions for Language* (EFNIL), “a proximidade entre o espanhol e português, para além de factores de ordem geográfica e de vizinhança, levou a um significativo desenvolvimento de iniciativas ibero-americanas, que tendem a fomentar essa intercompreensão” (Reto, 2012, p. 53)¹.

A intercompreensão das línguas, espanhola e portuguesa, é particularmente cultivada por países como a Argentina e o Brasil. A Argentina foi o primeiro país a ter o português como língua estrangeira de oferta obrigatória em todo o sistema (Muller, citado em Reto, 2011, p. 53). E, não obstante a natureza específica do galaico-português, não deixa de ser histórica a resolução que o Parlamento da Região espanhola da Galiza tomou ao introduzir o português no sistema de ensino. Aliás, em Portugal, tem sido crescente o número de alunos que nas opções de ensino escolhem o espanhol como matéria de estudo. Obviamente, se o principal desígnio da Confibercom é encontrar e estreitar caminhos para a internacionalização, no campo científico e cultural, não podemos negligenciar a prática e a intercompreensão das nossas línguas como uma via estratégica muito singular para conseguirmos os nossos objetivos, uma vez que a intercompreensão destas

1 Foi esse também o sentido que presidiu à Organização do III Congresso Ibérico de Comunicação, realizado em Sevilha, em 2006, cujas Atas foram publicadas, em 2008 (Gómez, De Lemos & Sierra, 2008: *Comunicación y Desarrollo Cultural en la Península Ibérica. Retos de la Sociedad de la Información*). Veja-se, sobretudo, nestas Atas, “Habitar o território das Ciências da Comunicação na Península Ibérica” (Martins, 2008, pp. 23-25) e “A ideia ibérica como recusa da ‘reductio ad unum’”. A propósito de *A Jangada de Pedra*, de José Saramago” (Martins, 2008, pp. 57-65). Devemos ter também em atenção as publicações feitas no quadro dos Congressos e Fóruns da Confibercom: *Comunicação Ibero-americana: os Desafios da Internacionalização* (Martins & Oliveira, 2014); *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (Kunsch & Melo, 2012) e *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (Kunsch, 2013).

duas línguas é uma indispensável fonte de aproximação das nossas identidade e culturas e um valoroso instrumento para o desenvolvimento e para a afirmação do conhecimento científico, procurado nas nossas investigações.

No plano cultural e científico, que é aquele que, neste momento, é vértice nuclear da Confibercom, temos centenas de universidades, centenas e centenas de centros de estudo e investigação, e milhares de investigadores. A realização do II Congresso da Confibercom, que teve lugar na Universidade do Minho, em 2014, com aproximadamente um milhar de comunicações, constitui, por si só, um poderoso eco e uma prova cabal dessa força de investigação e desse espólio científico que albergamos. Por certo, esse Congresso não reuniu representantes de todos os países do vasto mundo ibero-americano. Mas as 15 entidades filiadas na Confibercom atestam a realidade do campo de ciência e de conhecimento, da transnacionalidade cultural e cívica em que nos podemos desdobrar. E, aqui, tem toda a propriedade aludir ao facto de os governos reconhecerem há muito tempo o impacto da língua (ou das línguas) nas trocas internacionais e do comércio. E embora, nesta vertente da economia e da riqueza a distribuir, esteja, porventura, uma das nossas desvantagens e condicionamentos em relação a outras comunidades e inter-regiões do Globo, também neste ponto, se valorizarmos as múltiplas correspondências das nossas línguas e das nossas culturas, certamente que poderemos contar com elas como fatores decisivos para a redefinição geoestratégica das nações, assim determinando o nosso lugar no concerto das comunidades do Mundo.

A ambicionada internacionalização

Provavelmente, quando nos debruçamos para avaliar o grau de internacionalização ambicionada, e aquela já conquistada no campo da investigação científica e cultural, importa refletir sobre algumas interrogações. O patamar da internacionalização em que nos encontramos, não obstante ainda os muitos condicionamentos e limitações, não me parece que possa resultar do tradicional axioma de que “a ciência não tem pátria”.

Embora internacionalização e globalização não sejam uma e a mesma coisa, eu seria levado a considerá-las como projeto e procura da investigação científica, advogando, pois, alguma articulação entre elas. Efetivamente, concordo com aquilo que escreve Viriato Soromenho-Marques, na linha de Fernand Braudel e de Immanuel Wallerstein:

o moderno mercado global de mercadorias e fluxos financeiros é inseparável da construção do moderno sistema-mundo, cujas raízes se prendem com o distante desmoronar da sociedade medieval e com as velas enfunadas das caravelas de Colombo e Vasco da Gama (Soromenho-Marques, 2003, p. 357).

Muito antes da globalização, tão decantada pelos senhores que se ufanam de a ter construído à base do novo-deus, o mercado ou os mercados, foram os portugueses quem, primeiramente, realizou e usufruiu de uma globalização, sem dúvida menos rentável, mas não sei se mais saudável. Como diz Martin Page, no seu *best-seller The First Global Village*, Colombo e Vasco da Gama construíram a “primeira aldeia global” (Page, 2008)².

Por sua vez, Boaventura Sousa Santos (2001), na vasta obra de que é coordenador, *Globalização, Fatalidade ou utopia?*, releva que “o sistema mundial em transição é constituído por três constelações de práticas coletivas: a constelação de práticas entre Estados nacionais, a constelação de práticas capitalistas globais e a constelação de práticas sociais e culturais transnacionais” (Santos, 2001, p. 63). Na modernidade, a internacionalização da Ciência inscreve-se nesta terceira constelação, mas

é evidente que há uma interação recíproca e a interpenetração das três constelações de práticas faz com que os três tipos de conflitos estruturais e as trocas desiguais que os alimentam se traduzam na prática em conflitos compósitos híbridos ou duais em que, de deferentes formas, estão presentes elementos de cada um dos conflitos estruturais (Santos, 2001, p. 63).

“No domínio das práticas sociais e culturais transnacionais, as trocas desiguais dizem respeito a recursos não mercantis cuja transnacionalidade assenta em diferenças locais, tais como, etnias, identidades, culturas, tradições, sentimentos de presença, imaginários, rituais, literatura escrita ou oral” (*Ibidem*).

Sem dúvida, iguais considerações poderiam ser feitas a propósito da internacionalização da ciência.

2 Também Moisés de Lemos Martins associa o atual mercado global, de cariz eminentemente económico-financeiro e tecnológico, à expansão europeia, fazendo, aliás, uma analogia entre a circum-navegação marítima, dos séculos XV e XVI, e a moderna circum-navegação tecnológica, dos média digitais (Martins, 2015, 2014, 2011 a, 2011 b).

As práticas da internacionalização

As vias da internacionalização científica que praticamos, ou que procuramos praticar, exprimem-se nestes suportes: intercâmbio de estudantes e de investigadores; disponibilização de bases de dados, publicação de livros e revistas; integração de equipas de investigadores em projetos de pesquisa nacionais, em cada um dos nossos países, ou internacionais; intercomunicação em workshops, seminários e congressos³.

Desenvolvamos, então, de modo sucinto, estes quatro suportes da Internacionalização.

1. Intercâmbio de Estudantes e Docentes

Embora os nossos sistemas de ensino (público e privado) tenham óbvias diferenças temáticas, nos programas, na avaliação e no exercício ou nas práticas pedagógicas do ensino/aprendizagem, o que é natural, dadas as diferenças de identidades regionais e nacionais, das políticas públicas, das ideologias dos governos e das populações dos nossos países, o intercâmbio de estudantes e de docentes, através de programas especiais, é um processo de investimento importante para sedimentar esta comunidade ibero-americana, com repercussão futura nos outros vetores, que podem solidificar esta comunidade. Para este intercâmbio, estou a pensar, principalmente, nos níveis de pós-graduação. Mas ainda mesmo aos níveis da licenciatura e do mestrado, os benefícios dos programas internacionais que conheço (por exemplo, ERASMUS e Leonardo Da Vinci), oferecem um balanço muito positivo nos resultados das experiências e do enriquecimento dos diversos campos dos saberes.

3 Para o caso português, ver Moisés de Lemos Martins, “A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões” (Martins, 2012 a) e “Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento” (Martins, 2012 b). Ver também, de Moisés de Lemos Martins e Madalena Oliveira, “Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos” (Martins & Oliveira, 2013).

2. Disponibilização de bases de dados e fomento de publicações

Internacionalmente, as fontes alimentadoras das bibliografias têm o predomínio da origem anglo-saxónica. De modo nenhum, alimento, neste ponto, um intuito xenófobo, antes me coloco numa posição de clara honestidade, pelo que reconheço que é indubitável a riqueza do espólio de língua inglesa dessas fontes, especialmente daquelas que provêm dos EUA e da Inglaterra. Contudo, entendo que deveríamos tentar contrariar este domínio. Um dia, num Congresso da Intercom, em Salvador da Baía, o Professor José Marques de Melo confessou-me o desencanto que tinha pelo facto de os investigadores ibero-americanos denotarem relutância em nomear e citar os nossos autores – os autores da comunidade ibero-americana, E, todavia, na área das Ciências da Comunicação e Informação, que são as nossas, até temos autores e investigadores de renome internacional.

Possuímos, por outro lado, excelentes bases de dados, de que são exemplo, a Pordata (base de dados, organizada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, sobre o Portugal contemporâneo, com estatísticas oficiais, provenientes do Instituto Nacional de Estatística e do Eurostat); a PortCom (portal disponibilizado pela INTERCOM, de livre acesso à produção científica em Ciências da Comunicação, na comunidade lusófona); e a BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, da Universidade da Beira Interior. Temos um conjunto notável de revistas. Todavia, para as tornar mais conhecidas e com maior penetração, deveríamos optar pela edição de Anuários, como é o caso do *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, da Lusocom. Verifica-se, hoje, por todo o espaço ibero-americano, com destaque normal para alguns países, como Brasil, Argentina, Espanha, Chile, México e até Portugal, uma intensa produção editorial. Todavia, para consagrarmos o reconhecimento internacional de toda a comunidade científica, julgo que é chegado o momento de sermos mais seletivos. Neste aspeto, o reconhecimento da nossa desejada internacionalização requer uma aposta na centralidade dos objetos e das problemáticas do nosso vasto campo de pesquisa. E, aqui, as universidades, os centros de investigação, as associações nacionais e internacionais, sem destruir o sentido criativo e imaginativo de cada entidade ou dos seus agentes, terão que assumir a complicada e pouco simpática tarefa de seleccionar entre o quantitativo e o qualitativo. Escolher entre a quantidade e a qualidade não deve, todavia, inibir-nos de procurar exaltar a excelência.

3. A constituição de equipas de investigadores

A integração dos investigadores em equipas de investigação, como via para a internacionalização, não pode esquecer nunca as seguintes três dimensões da investigação: o local; o regional; e o internacional. No entanto, o nosso ponto de partida é o lugar que habitamos, lá onde estamos e vivemos, assim como também é o povo a que pertencemos, que nos faz participantes de uma identidade singular, uma identidade que nos dá sentido de vida.

Acontece ainda, por outro lado, conforme observa Pierre Bourdieu, que “o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas, é lugar/espaco de um jogo de luta concorrencial” (Bourdieu, 1983, pp. 121-155). E como adverte Marques de Melo, “a cooperação internacional é indispensável num mundo que se globaliza aceleradamente, mas ela só vale a pena ser fortalecida se trazer dividendos para todos os parceiros em conexão” (Melo, 2005, p. 15). Igualmente é preciso combater e desmitificar o que Moisés de Lemos Martins chama de “o absolutismo da razão pragmática”, ou seja, como diz, “a eficácia do Mercado” que hoje “garante a excelência académica” (Martins, 2002, p. 89)⁴.

Delimitações e constrangimentos

Entretanto, quando, finalmente, em grande parte dos nossos países, estávamos a conseguir estabilizar o número crescente dos profissionais de investigação, surgiu a crise que estrangulou esta era da internacionalização. Este estágio de maturidade, que corresponde à afirmação do trabalho feito pelos nossos centros de investigação, pelas nossas universidades, associações e unidades de pesquisa, foi severamente «atacado» pelas lógicas economicistas (Martins, 2015 b). E isso aconteceu, infelizmente, em quase todos os nossos países. Dada a crise, que alastrou pelo Ocidente, desde 2008, as políticas públicas dos governos impuseram restrições à investigação. As fontes de financiamento para o trabalho científico secaram. O Poder, enfim, os poderes deixaram de conceber o investimento na ciência, particularmente nas ciências comunicacionais e sociais, como uma dimensão prioritária e determinante do desenvolvimento.

Não obstante estes constrangimentos, o cientista quer no plano nacional, quer no plano internacional, não pode perder a ética da sua responsabilidade.

4 Ver, no mesmo sentido, “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015 b).

Teremos de estar atentos à instrumentalização do nosso papel e do nosso trabalho. E também, como diz Maria Immacolata Vassalo Lopes, não podemos esquecer que “continua a prevalecer um insatisfatório nível descritivo e uma perigosa tendência à indulgência e a uma abstenção de crítica” (Lopes, 2005, p. 38).

Conclusão

O nosso compromisso é com a cidadania.

Os quatro pilares da nossa atividade são os seguintes: Ensino, Investigação, Mediação, Cidadania.

Em *Da Alvorada à Decadência – De 1500 à Actualidade*, uma obra notável, de estudo, análise e investigação, publicada em 2003, Jacques Barzun explica como, historicamente, nós, os atuais viventes da cultura ocidental, chegámos à atualidade. O seu ponto de vista é o de que a nossa civilização construiu está na origem de sociedades cheias de contradições. Somos uma época de incertezas, que, todavia, conta com os avanços infundáveis da ciência e das novas tecnologias, que nos proporcionam capacidades inimagináveis. Somos, também, uma sociedade de ansiedade e de ira. E uma sociedade devida democrática, que todavia, convive com ditaduras e massacres (Barzun, 2003, p. 766).

Compete-nos a nós, cientistas sociais e da comunicação, abrir luz e lançar caminhos para arquitetar um outro futuro. Citando Disraeli, Jacques Barzun (2003, p. 766) escreve: “não poderemos enganar-nos, porque estudámos o passado e é bem conhecida a nossa capacidade de relevar o futuro, quando este já aconteceu”.

Talvez mais no nosso contexto ibero-americano, sem querer acabar com um sentimento pessimista, mas antes imprimir estímulo ao trabalho que temos pela frente, procurando realizar o compromisso que nos prende às nossas comunidades nacionais, um compromisso de cidadania, eu desejaria terminar com o pensamento de um ibero-americano, argentino, de que tanto gosto. Refiro-me a Eduardo Galeano, que escreve assim, em *De Pernas Pro-ar. A Escola do Mundo do Averso*: “Um mundo ao avesso está à vista de todos nós; com a esquerda na direita, o umbigo nas costas, a cabeça nos pés”.

Mas é neste Mundo que teremos de atuar. De Congressos como este, que reúne o saber e a experiência de muitas centenas de investigadores ibero-americanos, teremos que levar para as nossas terras um programa para desenvolver a investigação, o conhecimento e a intervenção social. O nosso trabalho é o de

estar ao serviço da cidadania, junto das nossas comunidades de origem. É esse, pois, o compromisso com que daqui vamos ter que partir.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. (2013) [1976]. “O campo científico”. In Ortiz R. (Org.), *Pierre Bourdieu – Sociologia* (pp. 121-155). São Paulo: Ática. Barzun, J. (2003). *Da Alvorada à Decadência – De 1500 à actualidade*. Lisboa: Gradiva.
- BARZUN, J. (2003) [2000]. *Da Alvorada à Decadência – De 1500 à Actualidade*. Lisboa: Gradiva.
- ESCUADERO, M. C. (2002). *Sorprendiendo al Futuro*. Barcelona: Libros de La Frontera.
- GALEANO, E. (1999). *De Pernas Pro-ar. A Escola do Mundo do Averso*. Porto Alegre: Editora LPM.
- GÓMEZ, Fr., De Lemos, M. & Sierra, Fr. (2008). *Comunicación y Desarrollo Cultural en la Península Ibérica. Retos de la Sociedad de la Información*. Actas del III Congreso Ibérico de Comunicación. Sevilla, Universidad de Sevilla.
- KUNSCH, M. (Ed.) (2013). *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento*. Quito: Confibercom/Ciespal.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- LOPES, M. I. V. de (2005). *Pensamento Comunicacional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Intercom.
- MARTINS, M. L. (Org.) (2015 a). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famação: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29178>.
- MARTINS, M. L. (2012 a). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, n. 35 (1). São Paulo, pp. 233- 251. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23768>.
- MARTINS, M. L. (2012 b). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Org.). *Comunicação*

- Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, pp. 331-345. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23931>.
- MARTINS, M. L. (2011 a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio. <http://hdl.handle.net/1822/29167>.
- MARTINS, M. L. (2011 b). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In M. Pinto & H. Sousa (Eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change* (pp. 75-84) (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio/CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25344>.
- MARTINS, M. L. (2008). A ideia ibérica como recusa da ‘reductio ad unum’. A propósito de *A Jangada de Pedra*, de José Saramago. In Gómez, De Lemos & Sierra (Org.), *Comunicación y Desarrollo Cultural en la Península Ibérica. Retos de la Sociedad de la Información* (pp. 57-65). Sevilla: Universidad de Sevilla. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23810>.
- MARTINS, M. L. (2008). Habitar o território das Ciências da Comunicação na Península Ibérica. In Gómez, De Lemos & Sierra (Org.), *Comunicación y Desarrollo Cultural en la Península Ibérica. Retos de la Sociedad de la Información* (pp. 23-25). Sevilla: Universidad de Sevilla. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23864>.
- MARTINS, M. de L. (2002). *A Linguagem, a Verdade e o Poder*. Lisboa: Gulbenkian/FCT.
- MARTINS, M. L., et alii (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confibercom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2013). Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos. In M. Kunsch (Org.). *La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, postgrado y difusión de conocimiento* (pp. 47-101). Quito: Ciespal/Confibercom.
- MELO, J. M. (2005). *Pensamento Comunicacional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Intercom.
- PAGE, M. (2008). *A Primeira Aldeia Global*. Lisboa: Casa das Letras.
- RETO, L. (Coord.) (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa/Alfragide: Editora Texto.

- SANTOS, B. S. (2001). *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (2003). Técnica, cidadania e globalização. Forças e limites de uma relação complexa. In H. Martins & J. L. Garcia (Coords.), *Dilemas da Civilização Tecnológica* (pp. 347-372). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.